

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (CCVM) do semestre findo em 30 de junho de 2018, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No semestre a CCVM apresentou um lucro de R\$ 41.665 mil, correspondente a R\$ 5,52 por ação, sendo que no segundo semestre de 2017 apresentou lucro de R\$ 35.339 mil. Em 30 de junho de 2018 o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 99,41 com aumento de 5,88% em relação ao semestre anterior.

São Paulo, 22 de agosto de 2018.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2018 - (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante		1.550.291	1.335.078	Circulante		804.367	667.630
Disponibilidades		1.871	1.455	Outras obrigações		804.367	667.630
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	498.533	645.890	Fiscais e previdenciárias	9 e 11	28.400	21.652
Aplicações no mercado aberto		47.204	156.600	Negociação e intermediação de valores	8	765.467	635.915
Aplicações em depósitos interfinanceiros		451.329	489.290	Diversas	9	10.860	10.063
Títulos e valores mobiliários	6	279.646	53.084	Exigível a longo prazo		6.755	5.778
Carteira própria		78.160	-	Outras obrigações		6.755	5.778
Vinculados à prestação de garantias		201.486	53.084	Fiscais e previdenciárias	9 e 11	2.155	2.072
Outros créditos		769.914	634.338	Diversas	9	4.600	3.706
Rendas a receber		407	333	Patrimônio líquido	14	750.687	673.239
Negociação e intermediação de valores	8	766.616	631.343	Capital social		495.622	395.622
Diversos	9	2.891	2.662	De domiciliados no país		395.622	395.622
Outros valores e bens		327	311	Aumento de capital		100.000	-
Despesas antecipadas		327	311	Reservas de capital		2.044	1.600
Realizável a longo prazo		5.972	5.653	Reservas de lucros		211.356	241.082
Outros créditos		5.972	5.653	Lucros acumulados		41.665	34.935
Diversos	9	5.972	5.653	Total do passivo e patrimônio líquido		1.561.809	1.346.647
Permanente		5.546	5.916				
Imobilizado de uso		5.546	5.916				
Imóveis de uso	10	5.624	5.624				
Outras imobilizações de uso		1.871	1.777				
(-) Depreciações acumuladas		(1.949)	(1.485)				
Total do ativo		1.561.809	1.346.647				

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de capital		Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
	Nota	Capital	Aumento de capital	Subvenções para investimento	Outras reservas	Legal	Estatutária		
Em 31 de dezembro de 2016		395.622	-	561	1.039	38.898	202.184	-	638.304
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	34.935	34.935
Em 30 de junho de 2017		395.622		561	1.039	38.898	202.184	34.935	673.239
Em 31 de dezembro de 2017		395.622		561	1.483	42.412	268.944	-	709.022
Aumento de capital	14	-	100.000	-	-	-	(100.000)	-	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	41.665	41.665
Em 30 de junho de 2018		395.622	100.000	561	1.483	42.412	168.944	41.665	750.687

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora" ou "Instituição") é uma controlada do Banco J.P. Morgan S.A. e suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da Corretora foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan em 22 de agosto de 2018.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

3. Principais práticas contábeis: (a) Apuração do resultado: É apurado pelo regime de competência. **(b) Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados, sendo classificados no curto prazo e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos públicos federais são utilizados os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo: Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. **(d) Permanente:** Representado por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normatizada pela Resolução nº 4.535 do CMN, tem periodicidade anual. **(e) Passivos circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. **(f) Passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta Circular nº 3.429 do BACEN. **(i) Passivos contingentes - decorrer de processos judiciais e administrativos,** inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária e trabalhista. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. **(ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigações legais são integralmente provisionados. O passivo relacionado às obrigações legais em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos. **(g) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%, conforme artigo 1º da Lei nº 13.169/15 cuja vigência foi iniciada a partir de setembro de 2015. Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente: (i) o crédito tributário de IRPJ permanente com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários. Para tanto, foi considerada alíquota nominal de 20% de CSLL para ajustes temporários a serem realizados até dezembro de 2018 e 15% para ajustes temporários a serem realizados a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme estabelece a Lei nº 13.169/15. **(h) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem, quando aplicável, disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias. **(i) Unidade de ações restritas:** Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A Instituição registra as despesas com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC10 – Pagamento baseado em ações. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, a Instituição registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting*, assim se o valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da Reserva de capital da Instituição.**

4. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades no montante de R\$ 1.871 (2017 – R\$ 1.455) e aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R\$ 47.204 (2017 – R\$ 156.600) (Nota 5).

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez: As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se a aplicações em operações compromissadas – posição bancada no valor de R\$ 47.204 (2017 - R\$ 156.600), com vencimento inferior a 90 dias, e aplicações em depósitos interfinanceiros no montante de R\$ 451.329 (2017 - R\$ 489.290) realizadas com empresas do grupo com vencimento superior a 90 dias.

6. Títulos e valores mobiliários: (a) Classificação e composição da carteira

Títulos para negociação	Ganhos/ (Perdas)		Valor de mercado 2018	Valor de mercado 2017
	Valor de custo	Valor de não realizados		
Carteira própria	78.289	(129)	78.160	-
LTN	78.289	(129)	78.160	-
Vinculados à prestação de garantias	201.539	(53)	201.486	53.084
LTN	186.253	(53)	186.200	53.084
Cotas de fundo de investimento	15.286	-	15.286	-
Total da carteira de TVM	279.828	(182)	279.646	53.084

	Sem vencimento					Até 3 meses			De 3 a 12 meses		De 1 a 3 anos		Total
	Carteira própria	Vinculados à prestação de garantias	Total	Legal	Estatutária	Lucros acumulados	Total						
Carteira própria	-	49.328	-	-	-	-	-	28.832	-	-	-	78.160	
Vinculados à prestação de garantias	15.286	-	144.347	41.853	201.486	-	-	-	-	-	-	201.486	
Total da carteira – 2018	15.286	49.328	144.347	70.685	279.646								
Total da carteira – 2017	-	-	-	-	53.084	53.084							

7. Instrumentos financeiros derivativos: Em 30 de junho de 2018 e de 2017, a Instituição não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

8. Negociação e intermediação de valores:

	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixas de registro e liquidação	135.865	-	-	402.505
Devedores/credores - conta liquidação pendentes	630.751	765.467	631.343	233.395
Outras obrigações por negociação e intermediação	-	-	-	15
Total	766.616	765.467	631.343	635.915

A conta "Caixa de registro e liquidação" representa o total a receber/pagar às Bolsas de Valores, correspondentes às operações de compra/venda de ações e outros ativos financeiros por conta de clientes. Em "Devedores/credores - conta liquidação pendentes" estão registrados os valores a receber/pagar de clientes, correspondentes a ordens de compra/venda de ações e outros ativos financeiros.

9. Outros créditos e outras obrigações: "Outros créditos - diversos" estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia no montante de R\$ 4.290 (2017 – R\$ 4.156) (Nota 11) e créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 3.978 (2017 – R\$ 3.499) (Nota 13). "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" referem-se, principalmente, à provisão para impostos e contribuições sobre lucros no valor de R\$ 26.012 (2017 – R\$ 19.681) e provisões para contingências relativas a questionamentos judiciais no montante de R\$ 2.155 (2017 – R\$ 2.072) (Nota 11). As parcelas depositadas judicialmente, quando aplicável, estão classificadas em "Outros créditos - diversos". "Outras obrigações - diversas" referem-se, principalmente, à provisão para despesas com pessoal no valor de R\$ 11.514 (2017 – R\$ 10.981), para despesas administrativas no valor de R\$ 1.021 (2017 – R\$ 983) e provisão para processos trabalhistas no montante de R\$ 600 (2017 – R\$ 572) (Nota 11).

10. Imobilizado de uso: "Imóveis de uso" estão representados em 30 de junho de 2018 e 2017 por edificações, no valor de R\$ 2.904 e terrenos, no valor de R\$ 2.720.

11. Passivos contingentes e obrigações legais: As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

	Depósitos Judiciais		Provisões	
	2018	2017	2018	2017
Fiscais e previdenciárias	4.238	4.123	2.155	2.072
Trabalhistas	52	33	600	572
Total	4.290	4.156	2.755	2.644

(b) Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e Previdenciárias		Obrigações Legais		Trabalhistas		Total	
	Saldo inicial	2018	2017	2018	2017	2018	2017	
Saldo inicial	2.119	587	2.706	2.007				
Despesas financeiras - juros	36	13	49	77				
Saldo final	2.155	600	2.755	2.567				

(c) Fiscais e previdenciárias - obrigações legais e outros passivos contingentes: A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, que discutem a exigência de PIS com base nas ECs 01/94 e 10/96. Por representarem obrigações legais, os montantes envolvidos estão integralmente provisionados. Adicionalmente, a provisão considera processos sobre questionamento de contribuições previdenciárias sobre contribuintes individuais. A Instituição também é parte em processos administrativos de natureza tributária, caracterizados como passivos contingentes, que envolvem (i) a imposição de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 22.310 (2017 – R\$ 21.480) sobre ganhos decorrentes da desutilização da Bovespa e BM&F e (ii) PIS e COFINS sobre receitas de exportação de serviços, para os anos de 2009 a 2011 e 2013, no valor de R\$ 21.196 (2017 – R\$ 12.227). Os advogados responsáveis pela condução dos casos classificam seu risco de perda como possível. **(d) Ações trabalhistas:** Referem-se a ações contra a Instituição, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. Em 2018, as contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montaram R\$ 136 (2017 – R\$0).

12. Receitas de prestação de serviços: Referem-se a rendas de corretagem sobre operações realizadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no valor de R\$ 96.722 (2017 – R\$ 59.500).

13. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários: A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2018	2017
Diferenças temporárias	3.978	3.499
Contingências	249	226
Provisão de honorários advocatícios	398	380
Provisão para pagamentos a funcionários	1.907	1.693
Unidade de ações restritas – RSU (Nota 3(i))	1.384	1.134
Outros	40	66
Total de créditos tributários - ativo	3.978	3.499

No semestre foi constituído crédito tributário de R\$ 1.719 (2017 – R\$ 30) sobre diferenças temporárias, tendo sido realizado R\$ 3.442 (2017 – R\$ 3.966). A provisão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 3.978 é estimada em 50% no 1º ano, 15% nos 2º e 3º anos, 8% no 4º ano, 1% do 5º ao 7º ano, e 3% do 8º ao 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 3.228 (2017 – R\$ 2.840). A Corretora reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 30 de junho de 2018 e de 2017. O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	2018	2017
Resultado antes do IRPJ e CSLL	75.924	63.481
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(34.166)	(28.566)
Despesas indutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(22)	(86)
Efeito CSLL 5%	(9)	-
Outros	(62)	106
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	(93)	20
Total da Despesa de IRPJ e CSLL no semestre	(34.259)	(28.546)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2018	2017
Receitas da intermediação financeira		21.371	36.627
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		21.371	36.627
Resultado bruto de intermediação financeira		21.371	36.627
Outras receitas (despesas) operacionais		54.553	26.854
Receitas de prestação de serviços		96.722	59.672
Despesas de pessoal	12	(15.939)	(13.668)
Outras despesas administrativas	17	(15.601)	(11.506)
Despesas tributárias		(10.606)	(7.569)
Outras receitas operacionais		65	92
Outras despesas operacionais		(88)	(167)
Resultado operacional		75.924	63.481
Resultado antes da tributação sobre o lucro		75.924	63.481
Imposto de renda e contribuição social	13	(34.259)	(28.546)
Provisão para imposto de renda		(18.057)	(13.609)
Provisão para contribuição social		(14.479)	(11.001)
Lucro fiscal diferido		(1.723)	(3.936)
Lucro líquido do semestre		41.665	34.935
Número de ações	14	7.551.365	7.551.365
Lucro líquido por ação no final do semestre - R\$..		5.52	4.63

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
--	------	------	------

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de

burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de agosto de 2018.



pwc
PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes
 CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
 Contador CRC 1SP222767/O-3